

## Sonhos e vivências transatlânticos de Nize Isabel de Moraes, professora negra do estado de São Paulo (1955-1978)

*Transatlantic dreams and experiences of Nize Isabel de Moraes, a black teacher from the state of São Paulo (1955-1978)*

*Sueños y experiencias transatlánticas de Nize Isabel de Moraes, profesora negra del estado de São Paulo (1955-1978)*

Maria Aparecida de Oliveira Lopes<sup>1</sup>

ORCID: 0000-0002-9967-8801

### Resumo

Este artigo rememora a trajetória da professora Nize Isabel de Moraes, uma paulista que atuou de 1955-1978 como professora da rede pública de São Paulo. Nossa narrativa pretende construir a genealogia das suas escolas de atuação em São Paulo e explorar a comunicação entre Brasil e Senegal, uma vez que a historiadora trabalhou como pesquisadora no Instituto Fundamental da África Negra entre 1967-2003, na Universidade de Dakar, enquanto estava lotada na Secretaria da Educação. Analisamos as tensões geradas pela condição de ser professora concursada e investir na formação de pesquisadora, escrutinar os aspectos da historicidade dos seus discursos, relatos e as questões raciais e educacionais que atravessaram sua experiência transatlântica.

**Palavras-chave:** Professora; Pesquisadora; Mulher Negra; Profissionalização.

### Abstract

This article recalls the trajectory of teacher Nize Isabel de Moraes, a São Paulo native who worked from 1955-1978 as a public school teacher in São Paulo. Our narrative intends to build the genealogy of her schools of activity in São Paulo and explore the communication between Brazil and Senegal, since the historian worked as a researcher at the Fundamental Institute of Black Africa between 1967-2003, at the University of Dakar, while she was assigned at the Department of Education. We analyze the tensions generated by the condition of being a certified teacher and investing in training as a researcher, scrutinizing aspects of the historicity of her speeches, reports and the racial and educational issues that permeated her transatlantic experience.

**Keywords:** Teacher; Researcher; Black Woman; Professionalization.

### Resumen

Este artículo recuerda la trayectoria de la profesora Nize Isabel de Moraes, paulistana, que trabajó entre 1955 y 1978 como profesora de escuela pública en São Paulo. Nuestra narrativa pretende construir la genealogía de sus escuelas de actividad en São Paulo y explorar la comunicación entre Brasil y Senegal, ya que la historiadora trabajó

---

<sup>1</sup>Doutora em História pela Universidade Estadual Paulista (UNESP). Professora da Universidade Federal do Sul da Bahia nos cursos de graduação e Pós-Graduação. Coordenou o Programa de Pós-Graduação em Ensino e Relações Étnico Raciais (PPGER) no biênio (2017-2018). Atua no Mestrado e Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Estado e Sociedade (PPGES-UFSB) e coorienta na Escola de Doutorado Único da Université Cheikh Anta Diop. E-mail: senegalbrasil48@gmail.com.

como investigadora en el Instituto Fundamental del África Negra entre 1967-2003, en la Universidad de Dakar, mientras fue asignada en el Departamento de Educación. Analizamos las tensiones generadas por la condición de ser docente certificada e invertir en la formación como investigadora, escudriñando aspectos de la historicidad de sus discursos, reportajes y las cuestiones raciales y educativas que permearon su experiencia transatlántica.

**Palabras clave:** Docente; Investigadora; Mujer Negra; Profesionalización.

### Os primeiros passos de uma caetanista

Escrevemos que Nize Isabel de Moraes, protagonista desta narrativa, nasceu em 1938 na cidade de Bauru<sup>2</sup>. Repensando e retrazando sua trajetória, criamos a hipótese que em 1951, aos treze anos, começou a cursar a Escola de Formação de Professores Instituto de Educação Caetano de Campos. Achamos prematura a sua entrada no magistério aos treze anos. O professor Diógenes Nicolau Lawand, lendo o prontuário da Nize para colaborar na organização da exposição sobre os estudantes negros do Instituto de Educação Caetano de Campos, encontrou escritos do próprio punho de Nize informando que ela nasceu em 1928. O ano de 1928 está registrado na sua Certidão de Nascimento, incorporada à documentação do Instituto de Educação Caetano de Campos. Moraes começou a cursar a Escola de Formação para Professores aos 23 anos. Para sua genealogia faz mais sentido adotar o ano de 1928 como ano de nascimento. Acreditamos que, durante o processo de tradução dos seus documentos, do português para o francês, a sua data de nascimento foi alterada. A alteração da data de nascimento teria acontecido em razão das exigências para entrada no curso de Estudos Superiores ou no Mestrado da Universidade de Dakar? A historiadora, por vezes, reclamou do cansaço físico frente a carga de estudos da Pós-graduação, como se a idade fosse um peso para o seu desempenho intelectual, como se o tempo do seu corpo físico não fosse amigo.

Nize cursou a primeira e a segunda séries, do curso ginásial, no Colégio Paulistano entre os anos de 1947 e 1948. Cursou a terceira e a quarta séries no Instituto de Educação Caetano de Campos, entre os anos de 1949 e 1950. Enquanto estudante matriculou-se no curso de Formação de Professores em 1951, mediante aprovação no vestibular. Entre 1952 e 1953 encarou duas reprovações e solicitou, em 05 de março de 1954, transferência para a Escola Normal de Bauru.

O antropólogo Alexandre Araújo Bispo analisou aspectos da formação da artista negra e paulista Alice Rezende da Silva (1933-1961). Alice Rezende foi produtora de cultura, por ter sido

---

<sup>2</sup>Esta informação consta em outro artigo escrito pela autora referente a trajetória da professora Nize Moraes. Cf: LOPES, Maria Aparecida de Oliveira. (Des) fragmentando a vida acadêmica de Nize Isabel de Moraes, historiadora da *Petite Côte*. *Revista de Teoria da História*, Goiânia, V. 26, n. 1., 2023.

atriz de teatro, cinema, rádio e TV, vedete, dançarina e modelo vivo. Para Bispo, a mãe de Alice, Maria Helena (1912-1990), desempenhou um papel fundamental na formação da artista, uma vez que lhe incentivou a consumir livros, jornais, revistas, cinema, rádio e práticas de escrita (Bispo, 2023). Ressaltamos que Alice Rezende não passou por uma escola formal de artes cênicas, como fez Nize ao cursar o magistério e, posteriormente, a graduação em História. Alice Rezende e Nize Moraes não se conheceram, entrelaçamos suas histórias para pensarmos no impacto da cidade de São Paulo em suas vidas: no acesso às instituições culturais e educacionais e na agência cultural. Alice, como Nize, fez parte deste ambiente paulista, propício ao consumo cultural. Apostamos que a prática da escrita foi sua companheira desde a adolescência, visto que cultivava escrever diários, meio pelo qual é possível a elaboração de uma consciência de si no mundo.

Alice Rezende, que integrou, entre outros grupos, o Teatro Experimental do Negro de São Paulo, tirou sua carteira de atriz profissional em 1951. Neste ano Nize estava imersa no processo de formação de professores. A análise da trajetória de Nize Moraes ressoou ao ser problematizada junto à massa populacional negra. O cenário do pós-abolição não foi próspero de oportunidades para o segmento negro, quando as famílias negras sobreviveram do trabalho doméstico, entre outras profissões manuais de serviços, ligados a limpeza, cuidado de crianças, idosos e doentes. Notamos então que ocupar a profissão de professora, o lugar que no passado lhe foi negado, representou mais do que inserção profissional. Esta retrospectiva nos elucida que a história de Nize ilumina a luta da mulher negra, e de outras categorias da população negra, para acessar seu direito à educação. Em nossa defesa argumentamos que não tencionamos fazer apologia da biografada mas reconhecer a sua luta enquanto mulher negra para profissionalizar-se, tornando-se professora e historiadora, duas profissões não elitistas.

Maria Lucia Muller, analisando o cenário do Rio de Janeiro, Mato Grosso e Distrito Federal nos alertou que uma ideia comum, advinda do imaginário social brasileiro, confirma que a população negra só teve acesso à escola nos anos 50 do século XX. Esse acesso tardio se justifica pelo desenvolvimento restrito do ensino público e pelo descuido das famílias negras. As pesquisas de Muller, baseadas também em análises fotográficas, demonstraram que tal ideia é falsa. Muller encontrou turmas de crianças negras, pertencentes às famílias negras preocupadas com o futuro e a educação dos seus filhos (Muller, 2003, p. 2)

Nize não deixou de mobilizar uma rede de apoio político e familiar para efetivar sua formação como professora e historiadora, nos estimulando a analisar aspectos do seu planejamento e cálculos para se manter na profissão. Muller sublinhou a raridade dos estudos que destacaram as condições existenciais das professoras negras e nos explicou que a profissão exigiu estudos e conhecimentos para ingressar no magistério e exigiu também condições familiares, isto

é, a construção de uma estrutura de apoio e estímulo para estar em condições de lutar pelo ingresso e permanência na profissão. Desde o século XIX a profissão docente exigia o planejamento e o cálculo associados a um conjunto de símbolos negados à população negra. Exemplificando, a população negra não foi vista como símbolo ou referência intelectual. A profissão demandou capacidade de mobilizar uma rede de apoio social e político, principalmente no período em que o concurso público ainda não estava estabelecido (Muller, 2003, p. 4).

Acessamos poucas informações da documentação para pensarmos a relação de Nize com a profissão de professora, para sabermos se sua família lhe ajudou a criar condições favoráveis de estudo à sua formação. Localizamos uma carta de Corina Barbosa, sua mãe, na qual demonstrou alegria em saber que Moraes cursava Pós-graduação em Paris. Ela anunciou, em carta escrita no ano de 1972, que se sentia feliz por saber que sua filha, merecidamente, estava em Paris realizando seu sonho de estudo. Acreditamos que as pejejas, sussurradas nos relatos nizanios, não apagaram as ações solidárias entre mãe e filha. Notamos que Corina Barbosa dividiu o seu salário de empregada doméstica e cozinheira com Nize, nas fases em que estava de licença sem vencimento como funcionária pública do estado de São Paulo. Durante a greve da Universidade de Dakar de 1968, Corina enviou dinheiro duas vezes para Nize. À época ela estava em o salário de professora do estado e a bolsa do Instituto Fundamental da África Negra (IFAN) ou seja, experimentou dificuldades financeiras mesmo como bolsista e com salário de professora no exterior. Apesar de poucos indícios, não é difícil imaginar a solidariedade entre mãe e filha durante o tempo de formação de Nize, no tempo em que investia suas energias para tornar-se professora da Educação Básica, estudando no Instituto de Educação Caetano de Campos (1949-53), frequentando a Escola Normal de Bauru ou como estudante do curso de História na Universidade de São Paulo.

Nas palavras de Nilma Lino Gomes (1995) o que contribuiu para o processo de rompimento histórico-social das mulheres negras no campo educacional foi a democratização da educação. Esse processo permitiu uma maior entrada da classe trabalhadora na escola, nos anos 40 do século XX. As mulheres negras que se mantiveram analfabetas, ou sem condições de continuar seus estudos, em razão das condições raciais, econômicas e sociais, tiveram oportunidades de acesso à escola. O processo de expansão dessas escolas provocou o aumento de vagas nos cursos noturnos e profissionalizantes, inclusive no magistério.

Como argumenta Nilma Lino Gomes (1995), ser mulher negra representou um acúmulo de lutas, indignação, avanços e conflitos constantes entre a negação e a afirmação de nossas origens étnico-raciais. As mulheres negras suportaram diferentes tipos de discriminação e, conseqüentemente, a condição de pobreza. A ocupação do posto de professora exigiu um acúmulo

de complexidades, representou uma maneira de ocupação no espaço público. Na história de vida de muitas mulheres negras, a ocupação do espaço público sempre foi caracterizada como luta pela sobrevivência, exigindo que se trabalhasse, no campo do saber, desmistificando uma das correntes do pensamento racista. A ocupação do posto como professora representou o rompimento do lugar que o racismo reservou à mulher negra. Apresentamos aqui uma reflexão histórico-política sobre o significado de ser professora negra na história brasileira, enfatizando a sua importância enquanto ocupação de um espaço público que se relaciona diretamente com o saber formal (Gomes, 1994) Nize foi, sem dúvida, uma figura pública produtora de saberes históricos, sobretudo de saberes africanos expressos nas suas pesquisas acadêmicas centradas na história da *Petite Côte*<sup>3</sup>. Por outro lado, não cansamos de nos indagar como esses saberes foram recriados em sala de aula.

Ambicionamos construir reflexões ancoradas no impacto dos estudos africanos e das questões raciais nas práticas pedagógicas da nossa historiadora em destaque. Entretanto, após o seu doutoramento, concluído em 1977, Nize Moraes se ausentou da sala de aula para se dedicar às pesquisas no IFAN. Nossa retórica nos possibilita, então, refletirmos como a África era pensada pela população negra nos anos 50, 60 e 70 do século XX, no Brasil, ou ainda nos tempos em que a historiadora frequentava a Universidade de São Paulo (USP) e o Centro de Estudos Africanos da USP. Do outro lado do Atlântico, no Senegal, os relatos de Nize respondem como se desenvolveu sua formação no âmbito da pós-graduação e dos estudos africanos. Seus relatos permitem acompanhar suas participações em movimentos sociais, educacionais e políticos na cidade de Dakar, local de sua interação com os movimentos estudantis da experiência histórica no pós-independência.

### Trajétoria escolar e acadêmica de Nize Moraes

Por conseguinte, com a leitura referendada no rastro das atuações dos intelectuais e ativistas negros, analisamos particularidades do cenário brasileiro, marcados pelas questões raciais, de inclusão e cidadania, que, em parte, mobilizaram os processos de entrada de Nize na

---

<sup>3</sup> A partir da *A la découverte de la Petite Côte*, da própria obra de Nize Moraes, encontramos uma explicação geográfica que nos permite entender a diferença entre *Grande Côte* e *Petite Côte*, um dado importante para quem desconhece a geografia do Senegal. A costa do Senegal desenha um ângulo e um lado é chamado de *Grande Côte*, que se estende desde a foz do rio Senegal até a Península de Cabo Verde, enquanto o segundo, frequentemente, chamado de *Petite Côte*, estende-se desta península até à foz da Gâmbia. Estas duas porções da costa começaram com um rio para se juntarem no que se transformou em aglomeração *dakaroase*. Linear, sem porto, nem ponto de água, a *Grande Côte* pertencia a dois reinos: o de Cayor, na maior porção de sua extensão, o de Oualo na foz do rio. Já a região da *Petite Côte* possuía, onde a barra era fraca, mesmo ausente, com a baía de Hann, um excelente lugar de ancoragem ao qual se juntou, por uma feliz conjuntura, um famoso balneário, situado no fundo desta mesma baía. Quatro estados terminam nesta baía: Cayor, Baol, Sine e Saloum (Moraes, 1993, p. 19)

escola e na universidade. Os problemas enfrentados por Nize em termos de inclusão, pensando nas marcas raça e racismo, não se distanciaram daqueles enfrentados por outros sujeitos e intelectuais negros. No contexto em que Moraes estudou no Instituto de Educação Caetano de Campos e na Universidade de São Paulo, Paulina Alberto (2017) apontou que as reformas democráticas e o crescimento econômico, dos anos 1950 e 1960, proporcionaram novas oportunidades para parcela dos negros brasileiros, especialmente em cidades do Sudeste brasileiro, como Rio de Janeiro e São Paulo. Carlos Hasenbalg (1979) registrou a inexistência da publicação de dados do censo sobre raça nos anos de 1960 e 1970. O estudo de Carlos Hasenbalg (1979), usando informações coletadas na Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios, de 1976, apontou uma melhoria social para a população negra.

Hasenbalg (1979) indicou que a existência de "taxas de alfabetização para pretos e pardos" duplicou e a "média nacional, passou de 25% em 1950 para 59,8% em 1976". Esse crescimento representou um avanço para a população negra, considerando que a alfabetização era um requisito no processo de votação. Algumas reformas realizadas pelo governo não solucionaram as disparidades e discriminações relacionadas à raça. O crescimento econômico e o aumento das oportunidades educacionais permitiram uma maior participação da população negra na vida nacional "como produtores ou eleitores". Em outras palavras, aumentou o número de alfabetizados entre a população negra e ao mesmo tempo caiu o acesso ao ensino superior. Carlos Hasenbalg (1979) demonstrou que o desenvolvimento capitalista reinscreve as diferenças raciais apesar da criação de novas oportunidades. A persistência e a reprodução geracional da discriminação, além da desigualdade de classe, impediram a população negra de participar em condições de igualdade do crescimento econômico.

O analfabetismo entre a população negra representou um entrave para a conquista da cidadania no tempo em que a taxa de analfabetismo era alarmante. Guerreiro Ramos (1915-1982), sociólogo e político brasileiro, viu sua inclusão, e de outros intelectuais negros na academia, como um passo importante na conquista da justiça social. Ramos propôs que a UNESCO promovesse um congresso internacional sobre relações raciais. O ativista criticou os estudos que enfatizavam "o problema do negro como isolado" (Ramos, 1954, p.1), se centralizavam no folclore negro e espetacularizavam problemas estruturais como a pobreza, o desemprego, o analfabetismo, a desnutrição, etc.

O famoso Teatro Experimental do Negro (TEN), do qual Guerreiro Ramos fez parte, desenvolveu estratégias de inclusão da cultura e da população negra. O TEN ofereceu oficinas de teatro, aulas de alfabetização, sessões de terapia e concursos de beleza. (Alberto, 2017) Na visão de Solano Trindade - outro ativista e poeta, o TEN não tinha uma linguagem cultural

apropriada para o povo. O TEN ofereceu cursos de alfabetização para adultos e cursos de história da África e dos africanos nas Américas. O seu público congregou em torno de 600 estudantes (Alberto, 2017).

No livro *Lugar do Negro*, Lélia Gonzalez (1982) escreveu que a poesia constitui uma das expressões vigorosas das elites negras dos anos 70 e Solano Trindade marcou as novas gerações, sintetizou a criação do Teatro Popular e a produção poética. A poesia revolucionária de Solano Trindade afirmou a identidade cultural e denunciou a exploração dos oprimidos. A pesquisa em tela nos instigou a problematizar, no rastro da história do ativismo negro como os intelectuais negros, e principalmente as mulheres, refletiram sobre o conceito de raça entrelaçado as questões de acesso à educação. A leitura do livro de Paulina Alberto, *Termos de Inclusão* (2017), como fortuna crítica sobre o ativismo no Brasil, nos obrigou a refletir sobre quais termos os ativistas reivindicaram a inclusão da população negra, uma inclusão que, de fato, nunca se efetivou. Seu livro examinou como os negros pensaram a desigualdade racial entranhada a vida brasileira, priorizando uma análise do comportamento de um grupo de homens e mulheres, com certo grau de instrução e *status*, frente aos debates proeminentes da identidade nacional. (Alberto, 2017)

Lélia Gonzalez (1935-1994) denunciou a propagação do mito da democracia racial brasileira pelo Estado e a seleção racial criada pela sociedade brasileira. Em sua análise, a maioria das mulheres negras não atingiu níveis altos de escolaridade. A seleção racial eliminou as mulheres negras com níveis de escolaridade elevados. A seleção racial podia ser notada em anúncios de emprego que exigiam "boa aparência". Nos anos 80, 83% das mulheres negras e 92% dos homens negros se concentravam em trabalhos manuais não qualificados. As desigualdades se fizeram presentes no acesso às oportunidades de escolarização. Em 1980, o Censo revelou a "existência de 35% de analfabetos entre a população maior de cinco anos". Entre os brancos, a proporção era de 25% enquanto entre os negros era de 48%. Em 1980, os brancos tinham 1,6 % mais chances de completarem doze ou mais anos de estudos. Os negros nasciam com menos chance de chegarem ao segundo grau e sem chance de atingirem a universidade. (Rios; Lima, 2020, p. 97)

Os encontros históricos na Universidade Cândido Mendes promoveram discussões sobre o racismo e suas práticas de exclusão, entre fins de 1973 e 1974, e fomentaram a atuação das mulheres negras para discutir seus cotidianos. Gonzalez (1982) argumentou que o feminismo deste tempo se diferenciava do movimento ocidental por se fundar na solidariedade e na experiência histórica comum das mulheres negras. As reuniões agregaram nomes como Beatriz, Marlene, Vera, Mara, Joana, Alba, Judite, Stella, Lucia, Norma, Zumba, Alzira, Lisia e várias outras mulheres negras. A historiadora Maria Beatriz Nascimento foi, na visão de Gonzales,

liderança das mulheres negras na reorganização do movimento negro dos anos 70. Para comemorar o ano internacional da mulher, as mulheres negras produziram um documento denunciando a exploração da mulher negra (Rios; Lima, 2020). Não por acaso, o final da década de 1970 e início da de 1980, testemunhou a criação de movimentos feministas negros, tais como Aqualtune, Luiza Mahin, Grupo de Mulheres Negras do Rio de Janeiro. As mulheres destas organizações ultrapassaram as tarefas femininas dentro do movimento negro (André Rebouças, IPCN, Sinba, MNU, etc), no período em que as esquerdas estavam receosas em "dividir a luta do operariado" (Rios; Lima, 2020, p. 103). As ativistas negras diziam que a exploração do trabalho doméstico permitiu a libertação de muitas mulheres brancas no processo de engajamento nas lutas femininas.

Lélia Gonzalez esteve presente na Conferência Internacional sobre as sanções contra a África do Sul, realizada em Paris (1981) e analisou o discurso do governo brasileiro centrado nas relações entre África e Brasil. Na visita de Sekou Touré (Guiné Bissau) ao Brasil, João Figueiredo já havia reafirmado a contribuição da cultura africana à cultura brasileira. O governo brasileiro condenou o *apartheid* e a invasão militar sul africana em Angola, Zâmbia e Moçambique, reconhecendo o *apartheid* como uma violação aos direitos humanos e da paz internacional. Parecia que a realidade, do *apartheid* era condenada pelo Brasil (Rios; Lima, 2020).

Nos interessamos em afinar o diálogo com Lélia Gonzalez (1982) em razão do interesse em entender os diálogos que estabeleceu com os (as) intelectuais em Dakar e pela possibilidade de analisarmos como ela pensou raça e gênero de forma relacional entre África e Brasil. Gonzalez (1982) recordou os efeitos da ideologia do branqueamento, em razão dos aparelhos ideológicos (família, escola, igreja e meios de comunicação) veicularem tais valores. Os valores do branqueamento, atrelados ao mito da democracia racial, possibilitam a compreensão do "racismo à brasileira". Em sua visão, os negros internalizam tais valores e, conseqüentemente, sentem vergonha da sua condição racial. Gonzalez (1982) lembrou que sua companheira do Movimento Negro Unificado (MNU), Neusa Santos (1948-2008), desenvolveu um importante trabalho sobre o tema "ser negro no Brasil", explicando, em termos psicanalíticos, que o branco era vivenciado como ideal de ego. Daí a negação de si pelo próprio negro. Cheikh Anta Diop (1923-1986), intelectual senegalês, também analisado numa perspectiva psicanalítica por Gonzalez, entendeu que "a universal fobia de negro remetia justamente para o contrário" (Gonzalez, 1982, p. 51).

Lélia Gonzalez esteve no Festival Pan Africano de Arte e Cultura (1982) realizado em Dakar. Durante o discurso na Constituinte, ainda nos anos 80, rememorou a luta pela cidadania enfrentada pela população negra, destacando uma das grandes reivindicações lançadas pelo Movimento Negro Unificado, a luta pela instauração da história da África no currículo em todos



níveis e graus do ensino público. Em diálogo com outra intelectual, a professora Helena Theodoro, lançou algumas palavras para esmiuçamos o pensamento de Cheikh Anta Diop:

[...] a famosa filosofia grega não passou de uma apropriação muito grande dos egípcios, porque, o Egito, na Antiguidade era o centro de produção do saber e que houve uma apropriação por parte de Sócrates, de Aristóteles, de Anaximandro, dos Empédocles, de Pitágoras etc, e que de repente nós ficamos, assim, encantadas com esses senhores, quando nós sabemos que a fonte em que eles se abeberaram foi justamente a dos mistérios egípcios. E para quem tem um pouco de consciência histórica, para quem tem um pouco de saber histórico, sabe perfeitamente que os egípcios negros foram os civilizadores do mundo ocidental. Só que isso é devidamente recalçado e tirado de cena. Nós sabemos que toda uma egiptologia foi criada no século passado justamente para tirar de cena, para recalcar a contribuição negra no sentido da humanidade, da civilização humana. Nós sabemos da presença de culturas negras importantíssimas entre os sumerianos, fenícios, na Índia e mesmo na América, antes de Colombo. Mas nada disso nos é trazido. Então nós temos que lutar sim companheiros, nesses dois níveis, sempre tendo em vista a questão da construção de um projeto de nação, porque um povo que desconhece a sua própria história, a sua própria formação, é incapaz de construir o futuro para si mesmo. E o povo brasileiro, neste momento, se encontra nessa encruzilhada: o povo brasileiro representado pelos constituintes (Rios; Lima, 2020, p. 255).

### **Estratégias de profissionalização de Nize Moraes dos dois lados do Atlântico**

Os relatos dos diários nizianos não nos permitiram reconstruir as dinâmicas da sua vida, como professora no ensino público do estado de São Paulo, mas possibilitaram pontuar, que a continuidade dos estudos em nível de pós-graduação traduziu seu engajamento com a educação, na medida em que se comprometeu com a sua qualificação profissional. A longa luta travada pela historiadora, nas décadas de 60, 70 e 80, para não perder o cargo de professora, nos fez entender a importância da profissão em sua vida. Concomitantemente, sublinhamos uma frase da historiadora expressando descontentamento com a experiência docente em São Paulo. Nize sentiu descontentamento com a carreira de professora. Em um dos relatos, dos anos 60, a professora falou abertamente sobre o seu descontentamento com a vida paulistana: “Mas meu Deus, se voltar para o Brasil a minha vida será a mesma em todos os sentidos: mãe, ex-noivo, noivo, vizinhança, trabalho - maldade e perseguição” (Moraes, 1969). Moraes sofria e se sentia perseguida nas escolas nas quais atuou como docente? Quais maldades experienciou nas escolas? Que maldades seriam essas?

Uma certidão assinada pela Diretora Eunice Patrício do Nascimento, da Prefeitura Municipal de São Bernardo do Campo (SP), indicou que Moraes ocupou o cargo de Professora Primária Padrão entre 1955 e 1957. Outro documento expedido pela Secretaria da Educação, atestou que Nize Izabel de Moraes compareceu às provas de História Geral e do Brasil em outubro de 1964. O atestado foi assinado pela Secretária da Comissão Examinadora do Concurso de Ingresso no Magistério Secundário Normal, Leda Berard Lauza. As notas do *Diário*

*Oficial*, daquele ano, também anunciavam que Moraes realizou a prova escrita de História Geral e do Brasil no Colégio São Paulo, localizada no Parque Dom Pedro.

A documentação, analisada a partir dos Atestados de Frequência, comprovou que a professora Nize Moraes atuou nas seguintes escolas do estado de São Paulo: 1) 1961-1963: Grupo Escolar Jardim Helena, e 2) 1962-1964: Grupo Escolar da Vila Industrial (Grupo Escolar Prof Maria da Glória da Costa e Silva). Neste tempo foi convocada para prestar serviço na Sétima Delegacia de Ensino Elementar da Capital. 3) 1965: Grupo Escolar Heroes da FEB e Escola Ms S. Theodoro de N.S de Sion, 4) 1966: Escola Ms S. Theodoro de N.S de Sion, 5) 1968-1974: Escola Visconde de Congonhas do Campo, 6) 1978: Colégio César Marengo, 7) 1978: Colégio Erasmo Braga.

Na documentação da instituição escolar, há um Adicional Por Tempo de Serviço, informando que ela atuou também no Grupo Escolar Heroes da FEB. Em 1968, com trinta anos de idade, Moraes estava lotada, como professora efetiva no Colégio Estadual Visconde Congonhas do Campo, na capital paulistana. Em mais uma nota de transferência escolar, consta que foi removida da escola Mista São Teodoro Nossa Senhora para o Visconde de Congonhas do Campo, assim como indicou um afastamento - a partir de 25 de outubro de 1967 - para frequentar um curso junto a Universidade de Dakar (Senegal), ao ser contemplada com bolsa de estudos. Esta resolução de 1967 foi publicada no Diário Oficial e prorrogou o afastamento de Nize, inclusive, para que frequentasse um curso junto à Universidade de Orleans Tours na França. Os diários de Nize não registraram relatos desse período na Universidade francesa, mas apresentaram relatos do seu período de estudo no Senegal. Acompanhemos um relato do início da jornada em Dacar:

Quando cheguei, depois de ter ido a *cité* universitária e ter ido ao banco trocar dólares, eu entrei em contato com o Adido Cultural do meu país, o qual me levou nos lugares principais de Dakar e em bons restaurantes. Isto é de praxe para todas as brasileiras que aqui passam. Todos têm sido gentis comigo, mas a convivência com este pessoal aqui não é sopa não. Eu fui convidada pelo nosso Embaixador para no dia 15/11 participar da Festa da Independência e da República ao mesmo tempo. Fui acompanhada por 2 brasileiras e uma francesa. Elas têm sido ótimas para comigo. O rapaz e a estudante são de São Paulo como eu. Eles têm dois filhinhos. Deixarão o Senegal assim que a situação permitir, isto é, no Brasil (emprego, etc, etc). Eu estava bonita no dizer de todos, de azul e de peruca. Céus, quanta gente, conhecia também alguém (?) que há tempo deixou o país, um pintor e uma ex -estudante senegalesa que esteve no Brasil durante 2 anos para fazer um curso de pós-graduação. Somos amigas, ela tem sido muito gentil comigo. Fui matriculada no curso de Sociologia (Pós Graduação). Mas meu francês segundo o Adido Cultural brasileiro, estaria muito fraco e eu deveria seguir em curso junto aos anglófonos porque tenho um pouco de conhecimento de inglês. Já estou cursando o mesmo. Não sou muito querida no meio deles, pois não fui bem aceita. A turma da Gâmbia (apenas 2 e um da Nigéria que tenho como amigo). A minha sorte é que os professores e dirigentes do referido curso me dão apoio moral e intelectual. Estou fazendo progresso nos estudos. Mas estou sempre isolada. Fui convidada durante as férias de Natal para passar o natal em *St Louis* com minha amiga senegalesa, onde passei o meu primeiro Natal fora do Brasil. Tive a oportunidade conhecer um casal do Mali e seus filhos, os quais

deram-me muito conforto quando comecei a me sentir muito só e triste. Naquele natal africano chorei na Igreja ao ouvir a noite feliz à meia noite. Depois tudo passou e pela primeira vez me ofereceram um *mouton* (carneiro assado), com azeitonas, etc. Tomamos champanhe e vinho. Ganhei até um corte de vestido do Mali da tia Ivone (madame Kas). Minha amiga tinha momentos que ficava triste e não falava comigo durante horas. Enfim, cada um tem seus próprios problemas. Ao voltarmos para Dakar compreendi isto e muitas coisas. Sabia que desde que deixei o Brasil minha solidão ia continuar como de fato continuou. Quando voltei a me isolar do mundo estudantil, entrei em contato com a comunidade cabo-verdiana aqui existente. A Secretaria da *Cite* Universitária é uma Cabo Verdiana e ela me ajuda muito. Falamos a mesma língua com algumas alterações. Mas tem sido um guia para mim. Fui numa festa cabo-verdiana, estava boa. [...] (Moraes, 1967).

Nize se integrou, inicialmente, à comunidade anglófona em razão da fluência na língua inglesa e por indicação do Adido Cultural Pedro Moacyr (1929-2008). Identificamos relatos de Nize, referente ao ano de 1967, comentando a situação política senegalesa e a construção de uma rede de contato com as Embaixadas no Senegal, incluindo a Embaixada brasileira:

Durante o fim do ano de 1967 e o começo do ano de 1968 muitas coisas aconteceram boas e ruins. Durante o ano de 1967, começou bem. Fui ao Mali na Páscoa em abril, passei 15 dias com a minha amiga senegalesa, gostei do país e de sua história. Povo bom e simpático, mas tive decepção com as pessoas que convivi, enfim. Esta é a vida, tudo que é de graça acaba assim mesmo. Voltei um pouco triste e fui morar com uma francesa na *Cité Camp Claudel*. A vida continua simples, complicada e triste. Os estudantes não estão contentes com as atitudes das autoridades escolares e pouco menos com o presidente. Dizem que vão boicotar os exames e se isso não acontecer vão à greve. Bem isto aconteceu, não entendi o que havia com os colegiais, com os ginásios e estudantes senegaleses. Só sei que na véspera dos exames 27/05/1968, para os anglófonos e outras faculdades, estourou uma greve de maneira violenta como em Paris. Devo dizer que nesta mesma época um surto de greve estourou em França. Lideradas por elementos joviais e com ideais revolucionários. O principal era um estudante alemão. Houve mortes e as faculdades francesas foram fechadas. Na África Ocidental, de língua francesa, o fenômeno veio a se repetir com o exército do presidente despojando os estudantes da Universidade de Dakar. A mesma foi fechada e nos estudantes, negros, brancos e estrangeiros fomos expulsos do país. Todos tivemos que sair apressadamente da área universitária, pois os policiais eram duros conosco. Eu consegui sair da *cite* e só voltei dois dias para pegar minhas coisas, acompanhada do tal Adido Cultural. Até aí tudo bem. Consegui me alojar falando com o diretor do Ifan, que me cedeu uma cama num quarto junto com uma egípciana, a qual me detestava. Fiquei com ela uns dois meses depois, esta partiu para França, pois sua bolsa do Ifan terminou (Moraes, 1968).

No relato anterior Nize reconheceu o apoio da Embaixada Brasileira na estadia em Dakar e, no seguinte, apontou a existência de abuso de poder por parte da Embaixada brasileira e de confrontos com Pedro Moacyr. As relações de Moraes se complicaram com a Embaixada Brasileira em razão da sua insistência em permanecer na Universidade de Dakar mesmo no cenário de turbulência e instabilidade política no Senegal:

No dia 05/06/1968 a Embaixada do Brasil me deu o ultimato, se você parte traremos toda a sua bagagem, passagem e tudo, mas no caso da recusa terá que assinar uma declaração, na qual aquela embaixada não terá mais nenhuma responsabilidade sobre

minha pessoa. Jamais fui tão humilhada na minha vida. Debaxo de gritos do tal Adido Cultural e Embaixada Juntos, os quais, creio eu, eram racistas em todos os sentidos. Acabei assinando. Fiquei desde então na dependência dos amigos franceses, principalmente de um casal, sendo que sua esposa foi expulsa pelo tal Adido Cultural da nossa embaixada. Devo lembrar que estes representantes do nosso país não eram de carreira e sim de proteção, o que é admirável no nosso país, principalmente em se tratando de um país de negro como é o caso do Senegal. Muita gente gostou da minha situação, pois creio eu, muita gente não simpatizava comigo, principalmente os dois brasileiros que aqui estão. Fiquei sob a responsabilidade da embaixada francesa e dependendo de amigos franceses. Interessante que de 2<sup>a</sup> a sábado eu tinha compromissos com as várias famílias. Fiquei doente e tive a assistência de um casal que por mim se interessou, me olhando durante a minha doença e me levando a todas as festas possíveis (nas embaixadas principalmente). Mamãe precisou me mandar dinheiro duas vezes. Isto foi levado em efeito até o mês de outubro de 1968, pois tivemos a reabertura da Universidade de Dakar e as bolsas também. Muitas bolsas foram cortadas e muitos funcionários franceses foram expulsos de suas funções e tiveram que voltar à França, a revolta desses expulsos foi enorme [...] (Moraes, 1968).

Os relatos nizanos referentes à questão da licença, como professora, anseiam pela aprovação com comissionamento, informam sobre a feitura de ofícios, cartas e procurações, comunicam o desenrolar do fluxo burocrático dependente das comunicações entre instituições e autoridades políticas e educacionais. Para continuar com a licença, Nize produziu documentos, mobilizou uma rede de autoridades políticas e educacionais, acompanhou os recortes dos Diários Oficiais e se amarrou aos prazos estabelecidos pela Secretaria da Educação para formação e qualificação profissional. A dependência da assinatura legal, para angariar a licença no exterior, se deu, entre outras razões, pelo fato de Nize ter extrapolado o tempo de qualificação profissional expedido pela Secretaria da Educação, para professores bolsistas no exterior.

Como já dissemos anteriormente, a licença como professora foi ponto de preocupação nos relatos do cotidiano, inclusive aquele referente ao maio de 68. Nize indicou, repetindo, que viveu dias estressantes e tensos em Dakar, quando explodiu a greve dos estudantes durante o governo de Léopold Sédar Senghor:

Meus últimos dias em Dakar. Desde o dia 25 de maio que a situação dos estudantes tanto senegaleses como estrangeiro está perigritante (sic.). Tivemos a greve proclamada oficialmente em 27/05/1968 onde tiveram lugar os exames dos anglófonos e dos demais estudantes das diversas Faculdades. Mas a bomba explodiu no dia 25/05/1968 quando os estudantes da Farmácia teriam o primeiro exame e foram bloqueados pelos estudantes senegaleses. Desde esse dia estariam em greve limitada (primeira semana, 15 dias, etc) até o governo senegalês entrar em acordo com as mesmas reivindicações das bolsas senegalesas para todos os estudantes do país. Mas o governo não concordou com a proposta estudantil e a greve eclodiu de maneira desastrosa. Domingo tivemos *meeting* e por irmandade todos concordaram em aderir a greve e a não realização dos exames(..) Retornei ao campi Claudel para rever M. Classein (?) e para pegar dinheiro, quero dizer que estarei na rua como todos os estudantes. Eu estou na maior confusão da minha vida. Uma semana já se passou e não tomei uma decisão precisa, pois não sei por onde começar. Não sei se sigo para o Brasil ou se fico em Dakar. Para mim parece que o fato alojamento foi resolvido, visto que passei três noites no Foyen Protest, 1 noite em casa

dos David e 2 no Ifan. Há uma semana que não consigo ter paz de espírito. A embaixada brasileira não dá nenhum apoio, ao contrário, faz enorme pressão para que eu deixe o país. Procuo encontrar um meio para ficar, pois outra oportunidade não terei para entrar na França. Tenho amigos que poderão me ajudar muito (estrangeiros é claro). Não consigo dormir. Nós os estudantes franceses, daomeanos e camaroneses, nigerianos, nigeanos, tunisianos e brasileiros não concordamos muito com a coisa mas tivemos que concordar e assim cedermos tudo aos caprichos dos estudantes senegaleses. Devo aceitar que nem todos estavam de acordo conosco, os estrangeiros: malianos, guineenses, mauritanianos, chineses estavam em pleno acordo. Have meeting 2<sup>a</sup> e 3<sup>a</sup> 27 e 28/05/1968, 29/05 continuamos a greve até segunda ordem, maior confusão. A polícia entra em ação, bombas lacrimogêneas e granadas são lançadas para manter a ordem. Liceu Blaise Diagne, o principal e o mais numeroso (Moraes, 1968).

Os relatos nizianos iluminam a história política do Senegal, a partir das ações dos estudantes senegaleses frente a atuação do presidente Senghor. Por outro viés, concluímos, inicialmente, que a historiadora foi se adaptando às condições de trabalho sem pensar ou elaborar um projeto acadêmico para sua vida. Como se tivesse deixado levar pelas oportunidades de trabalho surgidas no Senegal. Esta ideia inicial não fazia sentido frente às inúmeras pistas do seu protagonismo político para manter-se como pesquisadora e professora. Diante de uma análise mais atenta aos relatos dos diários, parece mais coerente concluir que o protagonismo de Nize nem sempre floresceu. Já nos anos 60 ela planejava entrar na França como estudante, daí a resistência em permanecer em Dakar nos momentos de turbulência política e durante a greve fomentada pelos estudantes na Universidade.

A partir de outra narrativa, de abril de 1969, sabemos que ela esperava uma carta de sua mãe, enquanto transcorreu a segunda semana de greve devido a expulsão dos estudantes da Escola de Pesca da Universidade de Dakar. Comentou ainda que se sentia gratificada por não trabalhar de graça, no IFAN, ao fazer a tradução de documentos dos séculos XVI e XVII do português para o francês, referentes à crônica da Guiné de Francisco Azevedo C Coelho. Anunciou também que preparava seu mestrado inspirado na tese de Jean Boulègue, centrada na Senegâmbia do fim do século XVII. Estava preocupada com a aprovação nos exames nas disciplinas de História da África e de História Moderna e Contemporânea (Moraes, 1969).

As narrativas nizianas iluminam o cenário de turbulência política senegalesa e os encaminhamentos burocráticos frente ao seu comissionamento como professora. No relato de junho de 1969, encontramos Nize “mais desanimada do que nunca” e ainda preocupada com os exames e com sua escrita, pois ainda “não conseguia escrever bem” em francês. No Departamento de História, da Universidade de Dakar, recebia a colaboração do pesquisador Guy Thilmans, que lhe ajudava no resumo dos pontos ao estudar para os exames. Estava ansiosa para saber se sua Dona Corina havia recebido o dinheiro enviado pelo banco. Não sabia se Corina teria o direito de receber seu ordenado de professora da rede pública do estado de São Paulo, uma vez

que o comissionamento não tinha sido liberado pela Secretaria da Educação. Esperava que seu procurador, conhecido por Caruso, recebesse a carta com a assinatura do reitor da Universidade de Dakar, esperava conseguir seu afastamento como funcionária pública até o fim daquele ano ou até janeiro de 1970 (Moraes, 1969).

Em outra narrativa escrita em um sábado de 1969, sobre Dakar, Nize permaneceu estudando no Departamento de História na companhia de Thilmans, que lhe ajudava novamente nos estudos de História da África e História Moderna e Contemporânea. Ela tinha ido ao curso de História da Rússia. O professor se encontrava doente e a aula foi cancelada. Nize aproveitou o tempo livre e deslocou-se à universidade para adquirir um livro de Jan Vansina. Neste mesmo dia, desempenhou outra tarefa, foi à reitoria pedir ao reitor Paul Teyssier a “bendita assinatura” da documentação a ser enviada para a Secretaria da Educação de São Paulo. Naquele instante já tinha recebido uma carta de um amigo brasileiro, provavelmente seu procurador chamado Caruso, dando notícias de Corina e pedindo a carta do reitor assinada. No contexto da greve, dois estudantes do Mali estavam presos e acabavam de ser condenados com uma pena de um ano cada um. Diante deste caso, Nize se posicionou: “A coisa não está cheirando bem, pois não é justo que os estudantes senegaleses estejam fora da prisão e estudantes estrangeiros dentro”. O Ministro do Mali chegaria em Dakar para resolver os problemas com as autoridades senegalesas. (Moraes, 1969).

Durante a greve na Universidade de Dakar, Moraes se posicionou favorável aos estudantes e entendeu que as autoridades políticas, no caso, o governo do Senegal, estavam punindo, em demasia, os estudantes que participaram das greves contra o corte de bolsas estudantis. Os protestos estudantis se agregaram aos protestos mais amplos, causados por uma crise econômica vivida pelo Senegal. Destacamos suas críticas políticas ao governo senegalês enquanto estudante da Universidade de Dakar, e, pontuamos, como sua postura crítica frente à política governamental transformou-se com o estabelecimento de relações com o presidente Léopold Senghor nos anos 70, chegando ao ponto de escrever carta em apoio ao governo e acompanhar o presidente em visita ao Brasil. Os relatos de Moraes ampliaram as nossas lentes sobre o cotidiano da cidade de Dakar.

Retomando o desenho da trajetória de formação, lembramos que Nize cursou as disciplinas de História da África, Sociologia e História Moderna e Contemporânea, na Universidade de Dakar, sem deixar rastros dos resultados das duas últimas disciplinas em seus relatos. Enquanto estudante expressou seu agito emocional com o final dos exames. Acreditava ter tido um desempenho regular em História Moderna e Contemporânea. A matéria de avaliação centrou-se na atuação de Portugal no Oriente, e ela esperava passar. Nos dias 24 e 25 de junho de

1969 fez provas sobre a Revolução Francesa, que discutiu “*texte de Lille et Lyon a Convention*”. Parece que Nize não foi bem nesta prova. No dia 25, realizou outros exames referentes aos efeitos da interferência de Portugal no Congo nos séculos XVI e XVII. Em 1969, Nize estava com 41 anos. Se esforçava intelectualmente porque não desejava voltar ao Brasil e pretendia efetivar seus projetos intelectuais. Concomitantemente, comemorava a situação da mãe. Corina estava garantida financeiramente, até os meses de janeiro e fevereiro de 1970. Nize recebeu a carta da sua mãe e o recorte do Diário Oficial, aprovando sua licença para continuar no Senegal, com alegria (Moraes, 1969).

### **A exoneração da professora Nize Moraes**

Legalmente, o prazo permitido para Nize estudar no exterior findou-se em 1971 (Moraes, 1971), porém, conseguiu prorrogação em razão de sua articulação política. A autorização do governador do Estado de São Paulo, Roberto Abreu Sodré, permitiu que a referida professora continuasse frequentando o curso de pós-graduação na Universidade de Dakar. Em 1972, uma nota publicada pela *Folha de São Paulo* e com reconhecimento da Reitoria da Universidade de São Paulo, da Divisão de Difusão Cultural Seção de Relações Universitárias e Divulgação, confirmou que a professora Nize Isabel de Moraes, do Grupo Escolar Congonhas do Campo, foi autorizada pelo governador Laudo Natel, em caráter excepcional, a permanecer por mais um ano da Universidade de Dakar, no Senegal, com bolsa de estudo de pós-graduação. Para sua permanência no país africano, Amar Samb, diretor do IFAN, enviou uma carta pessoal à professora Esther de Figueiredo Ferraz, Secretária da Educação, solicitando sua intervenção junto ao governador, para uma solução favorável à Nize (Folha de São Paulo, 13 de janeiro de 1972).

O conteúdo das folhas avulsas revelou relações mais profundas do que imaginávamos entre Moraes e a Secretaria da Educação de São Paulo. Notamos que, em carta escrita à mão por Nize, Elvira Verre foi professora e diretora da escola Erasmo Braga. Dona Corina Barbosa, mãe de Nize, apareceu na redação de Moraes endereçada à Verre. Resumimos as críticas de Nize frente às dificuldades em permanecer se qualificando no exterior:

Cara dona Elvira acabo de receber a sua amável e amarga carta, na qual a senhora diz coisas tristes referentes a minha situação e sobre minha mãe. Quanto a minha situação profissional não estou de acordo consigo para exoneração e nem tampouco para o abandono de cargo. Já estou tomando providências junto das autoridades senegalesas e brasileiras principalmente o chanceler Azeredo da Silveira. Estou aguardando respostas. Se for preciso irei até o presidente da República para normalizar minha situação neste inferno e odioso país complicado e cheio de injustiças, que é o Brasil, o gigante Brasil. [...] Dona Elvira, assim que puder venha até aqui em Dakar, para ver o tipo de vida que eu levo para ser alguém. Estou trabalhando como louca para não perder minha bolsa de estudos no Ifan e se ficar doente as autoridades me jogam para fora do Instituto. Isto ela

não compreende, já escrevi duas cartas, já lhe mandei uma foto minha nem resposta. Aqui não se fala de dias das mães pois o país é pobre e o povo é bom, gentil, calmo e negro como eu. [...] Valor eu tenho para as pessoas que seguiram minha luta (...). Eu estou cansada [...] de todo mundo. Vou ver se eu consigo emprestar dinheiro para ir nela no mês de julho ou agosto, não lhe diga nada pois a passagem Dakar-São Paulo é muito cara e como sou bolsista do governo senegalês (Moraes, 1976).

Em janeiro de 1978, Nize escreveu para o diretor do Serviço de Administração da Diretoria Regional de Ensino da Capital (DRECAP-II), como professora lotada e em exercício na Escola Estadual Erasmo Braga, solicitando a contagem do seu tempo de serviço e certidão para fins de licença prêmio. A condição de Nize no Senegal, como professora que lutava para permanecer como pesquisadora mereceu a atenção do primeiro presidente da República do Senegal, Léopold Sédar Senghor. Em ofício assinado por Senghor, o presidente afirmava ter a honra de confirmar, ao Ministro das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil, Antônio F. Azeredo da Silveira, a autorização de prorrogação da licença de Nize Izabel de Moraes, até 31 de dezembro de 1978 (Senghor, 1978).

### Considerações finais

Apesar da luta e articulação ao lado das autoridades políticas e educacionais, no ano de 1977, Nize reassumiu o cargo de professora da Educação básica já com o título de Doutora em História e, em seguida, foi indiciada processualmente por abandono do cargo de professora. No dia 9 de fevereiro de 1978, compareceu à Delegacia de Ensino para resolver questões relativas ao seu cargo de professora e, em 31 de março de 1978, reassumiu o posto de professora na Escola Estadual Erasmo Braga. O diretor da Escola César Marengo, em que atuou anteriormente, João Muniz de Oliveira, acusou o recebimento de uma carta escrita por Nize em 30 de setembro de 1978 e informou que o procurador Humberto Betteto tinha ciência de sua situação. Muniz explicou que a punição resultou em multa de 50% do salário de Nize.

O procurador Humberto Betteto escreveu um ofício endereçado a João Muniz de Oliveira, diretor do Colégio César Marengo, que naquele tempo era localizado no Subdistrito da Vila Formosa. Quais razões levaram o procurador Humberto Betteto a argumentar, frente ao diretor do colégio César Marengo, existir “escassez de elementos” para justificar a permanência da professora Nize Moraes em Dakar? Nize defendeu a tese de Doutorado, sobre a região da *Petite Côte*, em 6 de outubro de 1977, como consta no diploma emitido pela Sorbonne. Notamos que seu processo de exoneração como funcionária pública do estado de São Paulo começou a se materializar às vésperas da sua defesa de Doutorado, em 1976, quando ela estava imersa na pesquisa. Recebeu como presente de Doutorado, do estado de São Paulo, a exoneração. Na escrita da própria professora, endereçada à Elvira Ferre, encontramos palavras perfeitas para



traduzir o seu caso. Como ela mesma disse, “o Brasil é um país infernal, odioso, complicado e cheio das injustiças” (Moraes, 1976).

Na missão de desfragmentar a trajetória de Nize descobrimos que ela usufruiu, entre 1968 e 1978, de algumas licenças com e sem vencimento como professora da Educação Básica do estado de São Paulo. A maioria dos afastamentos se efetivou sem vencimentos. Os afastamentos comissionados se efetivaram em 1969 e 1972. No ano de 1975 Nize trabalhou no setor administrativo da Embaixada Brasileira no Senegal e desfrutou de pelo menos 4 bolsas como pesquisadora do IFAN entre os anos de 1967-1977. No ano de 1972 estava associada ao Departamento de Antropologia Física da Universidade de Dakar. Em dezembro de 1976 foi nomeada para a função de pesquisadora associada do Departamento de História da Universidade de Dakar. Em 1979 fazia parte do segundo escalão como pesquisadora da Universidade de Dakar, no ano de 1981 alcançou o terceiro escalão. A funcionária atingiu o quarto escalão da carreira como pesquisadora da Universidade. O tempo não lhe permitiu cumprir todas as categorias do quarto escalão, daí ter se aposentado no terceiro escalão.

Reescrevemos sua trajetória para pensarmos neste tempo de atuação como professora concursada da cadeira de História da rede pública de ensino do estado de São Paulo. A documentação está indicando que a partir de 1967 os cursos da pós-graduação e, as atividades como pesquisadora, consumiram boa parte do tempo de Nize como professora. Quantas vezes ela retornou à sala de aula enquanto cursava o Mestrado e o Doutorado? Encontramos alguns rascunhos de ofícios, escritos a mão, destinados às escolas de atuação de Nize. Por isso mesmo e, por enquanto, a documentação nos permite falar da posse oficial, em 1964, na condição de professora de História, sem apresentar maiores informações sobre retorno e atuação em sala de aula.

Nize cursou Estudos Superiores na Universidade de Dakar para acessar a Sorbonne, já que a entrada na Universidade de Dakar lhe daria dupla titularidade no Mestrado. Em conversas com Guy Thilmans falou dos seus planos em estudar na França ou na Bélgica. Neste período, a crise econômica enfrentada pelo Senegal resultou no corte das bolsas dos estudantes. Reexaminamos o assunto para sublinhar a posição política de Nize frente ao corte das bolsas e para redimensionar, teoricamente, a política econômica do Senegal independente na análise da socióloga Fatou Sow (1973). Entre outras intenções, uma leitura histórico-sociológica dos papéis de gênero, no Senegal, nos autorizou a redimensionar os discursos trabalhistas e femininos nizanios da sua experiência em Dakar.

Escrevendo sobre a situação política dos países africanos nos períodos da independência, a socióloga Fatou Sow (1973) apontou a extroversão como uma característica da política econômica. A crise política e econômica enfrentada pelo Senegal fazia parte dos problemas

político-econômicos enfrentados pelo continente africano. Recorremos às explicações da pesquisadora senegalesa para explicar as turbulências políticas e econômicas enfrentadas pelo Senegal. Em suas palavras, a extroversão gerou uma dependência da maioria das nações africanas às antigas metrópoles. Os capitalistas europeus organizaram, em escala global, as relações de dependência entre o centro dominante e a periferia. O peso das relações de integração e de dominação das economias periféricas, pelo centro, impactou todos os níveis da vida. No nível dos núcleos familiares tais relações pesaram na formação dos indivíduos, em suas possibilidades de trabalho, na remuneração do trabalhador, na acumulação de riqueza e no consumo. Resumindo, o contexto africano caracterizou-se como neocolonial (Sow, 1973).

Fatou Sow (1973) argumentou que a dependência econômica tornou improvável uma emergência real e autêntica do continente africano e, ao mesmo tempo, afetou a evolução e transformação profunda da condição feminina na África. No contexto da dependência, homens e mulheres encontraram dificuldades. O bloqueio do crescimento impactou a formação dos indivíduos, resultou numa baixa escolaridade, em limitação profissional, restrição à oportunidade de emprego, sobretudo nos setores primário e terciário. Para Sow (1973), a baixa escolarização feminina se justificava em razão da negligência dos poderes coloniais. No passado o poder colonial não investiu na educação feminina.

Até se efetivar como funcionária do IFAN nós diríamos que Nize não usufruiu de um emprego remunerado efetivamente, mês a mês. Os escritos nizianos sussurraram suas dificuldades para sobreviver como moradora no espaço urbano de Dakar, nas décadas de 60 e 70. Seria coerente dizer que ela experimentou as mesmas condições das mulheres senegalesas, sem qualificação profissional, antes da conquista do título de doutora, quando ainda não dominava os códigos culturais dos letrados senegaleses?

Como argumentou Fatou Sow (1983), os serviços públicos africanos aumentaram nos tempos da Independência quando a administração colonial foi a única fonte de promoção dos executivos nacionais. A política educacional colonial, que negligenciou a educação feminina, criou setores médios e subordinados capazes de desempenhar as tarefas de gestão: escriturários, agentes técnicos, intérpretes, funcionários de correios, professores, médicos, etc. A independência favoreceu a criação significativa de novos empregos para garantir o funcionamento do aparelho estatal. Tornou-se urgente preencher e criar novas vagas nos ministérios, embaixadas, etc. Como apontamos anteriormente, Nize apresentou qualificações que lhe permitiram angariar postos nos braços do estado senegalês por trabalhar na Universidade de Dakar e na Embaixada brasileira. Sabemos então que a brasileira era bem qualificada como professora e historiadora.

Inicialmente era fluente em inglês e português e, depois de concluir o doutorado, tornou-se fluente em francês.

Os países da antiga África Ocidental Francesa e da África Equatorial Francesa viveram essa situação, de investimento na burocracia estatal, uma prática vivida pelos países de colonização de língua inglesa, como Nigéria e Gana. Muitos ganenses seguiram carreiras diferentes da administrativa em profissões liberais, no comércio, etc. Sob a presidência de Nkrumah, defensor de uma política nacionalista, Gana recuperou e controlou setores inteiros da economia monopolizados pelos britânicos, como o comércio, parte da indústria e dos bancos. Estes países, entretanto, não escaparam ao crescimento da burocracia estatal, símbolo do poder, que se expandiu e se consolidou em outras partes da África (Sow, 1983: p. 13)

Para Sow a noção de emprego, em se tratando das mulheres do Terceiro Mundo, carecia de uma análise cautelosa. De acordo com a definição keynesiana, o emprego era um trabalho remunerado no sistema econômico. Esta definição não se aplicou estritamente a África, considerando que as atividades desempenhadas pelas mulheres foram vistas como invisíveis. Naquele tempo, nos anos 80 do século XX, 80% das mulheres africanas trabalhavam com a terra, ocupando as culturas de víveres destinadas ao consumo familiar e as culturas de exportação, cujos rendimentos eram recebidos pelos gestores da exploração (marido, pai, etc). Estas profissões não eram remuneradas, ou quantificáveis, por se localizarem fora do espaço urbano, fora da sociedade comercial e suas relações, fora do sistema econômico oficial e legal. As profissões do campo desapareceram das estatísticas oficiais. Logo, a mulher rural foi descrita como inativa e dona de casa (Sow, 1983: p. 18)

A integração da mulher no mundo urbano se deu de forma mais dura do que no meio rural, visto que o estatuto rural tradicional era mais equilibrado sobre o plano econômico e social. Na cidade, embora os fenômenos da modernização fossem mais importantes, e as mulheres se beneficiassem de estruturas globais, ela teve que gerenciar sua caminhada pelo capitalismo de centro. A educação e a competência técnica lhe permitiram vivenciar um contexto de concorrência profissional acirrado. O trabalho na cidade exigiu a aquisição de escolarização e competência técnica. Por isso mesmo o papel essencial desenvolvido pelas mulheres esteve atrelado aos trabalhos domésticos e a educação se referia aos cuidados das crianças. As mulheres analfabetas experimentaram a marginalização econômica. O homem era considerado o agente produtivo, às vezes com recursos e salários reduzidos para os custos de vida urbanos e familiares. (Sow, 1973: p. 33)

A partir das explicações de Fatou Sow, referentes a qualificação e formação do segmento feminino, compreendemos que a brasileira Nize Moraes, enfrentou dificuldades,

inicialmente, para se inserir no mercado de trabalho e ao evoluir no domínio da língua francesa, e da cultura francesa, competiu com mulheres locais qualificadas na corrida pelo emprego em Dacar. Mesmo neste quadro educacional desfavorável às mulheres, a brasileira conseguiu, no campo do trabalho, uma vaga para realizar o mestrado, outra como funcionária administrativa da Embaixada Brasileira e, por fim, o cargo de pesquisadora do Ifan nos departamentos de Antropologia Física e História.

No tempo que Nize estudava na Universidade de Dakar as dificuldades de emprego feminino se explicavam pela falta de infraestrutura e ausência de uma política de promoção de bem-estar pensada para as mulheres. A sociedade senegalesa resistiu a escolarização e formação profissional das mulheres, vistas como sinônimos de uma nova cultura. As famílias muçulmanas demonstraram mais reservas à escolarização e à formação profissional. As famílias muçulmanas foram hostis à educação ocidental e aos novos comportamentos promotores de uma nova concepção de mulher. As mulheres cristãs urbanizadas tiveram, através da ação da Igreja, mais possibilidades de acesso à educação. Elas converteram-se, ao mesmo tempo, na fé e nas práticas religiosas e culturais europeias, às suas línguas, aos seus comportamentos e hábitos. Ser cristã significou falar, se vestir e viver na língua europeia. As perspectivas de formação ofertadas às mulheres só foram alargadas após a independência (Sow, 1983: p. 34)

A historiadora Penda Mbow argumentou que a crise dos anos 80 obrigou a sociedade senegalesa a refletir sobre os direitos humanos no islã, uma vez que a realidade sociológica não permite dissociar o que é bíblico, manipulação e interpretação tendenciosa. Nos esforços para responder, então, como a religião muçulmana tornou-se uma prisão para as mulheres senegalesas. Mbow entendeu que a razão fundamental é a afirmativa de um versículo dedicado ao repúdio na segunda Sura do Alcorão (capítulo): "As esposas têm direitos sobre si mesmas (...) Os homens porém tem proeminência sobre eles". A partir desta frase criou-se um imaginário machista e paternalista, abrindo caminho para discriminações contra as mulheres. Daí a necessidade de um tutor masculino para acompanhar as mulheres nas tarefas do cotidiano: ir à escola, frequentar festa, casar, comparecer perante o juiz, fazer peregrinação... Eis a razão da sua exclusão de qualquer função religiosa ou política. (Mbow, 2011, p. 85)

No Senegal, as mulheres usufruíram de um estatuto secundário e de mecanismos de discriminação, desafiando a realidade e os princípios da cidadania igualitária reconhecidos por lei e pelas constituições. Os países muçulmanos passaram por dinâmicas históricas diferentes ao concebermos as questões religiosas e dos direitos e deveres. Mbow produziu críticas ao fato de se evocar o islã para limitar o acesso das mulheres no espaço público. Em sua visão, a

vivência das mulheres senegalesas entre duas culturas, moderna e tradicional, não impediu que avançassem em termos de autonomia e independência. (Mbow, 2011: p. 83)

Durante a presidência de Senghor afirmou-se o caráter laico do Estado. O código da família foi elaborado pelo presidente do Conselho, Mamadou Dia (1961), e foi retrabalhado por outro comitê de Conselho, em 1965, ao unificar os costumes indígenas, a lei muçulmana (Sharia) e o Código Napoleônico. O Código da Família foi apresentado aos senegaleses em 1972. A principal característica do tal Código é a unificação da lei, a afirmação declarada do caráter laico da sociedade, o reconhecimento dos princípios dos direitos individuais e do princípio da igualdade de todos os cidadãos. A liberdade do islã se associou, essencialmente, à libertação espiritual. O Alcorão e a Sunna proíbem, formalmente, o ato de prejudicar a vida humana. Quanto à educação, o islã reverenciou o conhecimento e os estudiosos elevaram o conhecimento ao nível da oração, zelando por diferentes aspectos da educação. Ademais, exigiu igualdade e liberdade tanto aos ricos, quanto aos pobres, frente às oportunidades educacionais. O mesmo islã pôs fim ao sistema de classes sociais, impôs a instrução aos homens e mulheres e lhes deu todos os meios. A Mbow enfatizou que os filósofos do islã foram unânimes em afirmar que o único objetivo da educação é a perfeição moral sem negligenciar a educação física, intelectual e científica. (Mbow, 2011: p. 83)

Historicamente o Estado senegalês, através de sua estrutura e do seu funcionamento, consolidou, reproduziu e criou desigualdades. As instituições de poder, dirigidas e controladas por homens, mantiveram a dominação masculina sobre a vida das mulheres. Citando, Françoise Collin, Fatou Sow se perguntou se a democracia não usa óculos disfuncionais para olhar as mulheres. A socióloga acrescentou que os textos que regiam os cidadãos criaram um espaço jurídico igualitário no qual as mulheres foram apenas toleradas. Resumindo: "o mundo político africano foi construído sobre a exclusão das mulheres". O acesso das mulheres ao exercício real da sua cidadania através da escolarização, da profissionalização ou do envolvimento político destruiu as esferas da vida quotidiana dos indivíduos que a lei, cuidadosamente, definiu em público e privado. Os homens dominaram a esfera pública e regeram, direta ou indiretamente, a esfera privada, anteriormente administradas por mulheres. Esta dicotomia assumiu diferentes formas nas sociedades africanas e reestruturou os espaços hierárquicos, sociais e familiares de acordo com as ideologias religiosas patriarcais (judaísmo, cristianismo e islamismo), com a legislação colonial e com a sua nova ordem política (Sow, 2011: p. 7)

No ano de 1960, a taxa de analfabetismo entre as mulheres girava em torno de 82%, gerando graves consequências para o desempenho nos serviços sociais e funções políticas. A escassez de mulheres instruídas e qualificadas era tamanha que as mulheres universitárias não

encontraram problemas de emprego. Sua inserção no mercado de trabalho se deu de forma rápida e sem problemas. Elas se integraram ao segmento médico, professoral e das magistradas. Notamos que raramente ocupavam a posição de liderança política. A Universidade de Dakar foi a primeira universidade da África Francófona. Em 1960, quando completou dez anos de sua criação, não contava com uma vintena de senegalesas, ou seja 1, 96 por cento de um efetivo de 1.1018 estudantes de todas as nacionalidades. Esta porcentagem aumentou com o desenvolvimento da Universidade. Sow constatou, igualmente, que as mulheres seguiram as fileiras clássicas. Elas abraçaram os estudos literários e jurídico-econômicos que as levaram às funções de ensinantes e administradoras. Elas estiveram, entretanto, em comparação com os homens, bem menos representadas nas fileiras ditas científicas e reputadas (Sow, 1973: p.33 e 37)

Concluindo, o artigo envereda para uma abordagem positiva da construção de um caminho de atuação da professora Nize Isabel de Moraes, privilegiando o foco analítico das suas ações perseverantes e resilientes frente as adversidades sociais, políticas e educacionais para profissionalizar-se como professora e historiadora. Reconhecemos que as narrativas de Nize Moraes, sobre o tempo em que esteve como estudante da pós-graduação e professora, são fragmentadas, nos legando muitas questões sem respostas. As narrativas dos seus diários ainda não produziram pistas sobre os impactos dos estudos africanos em suas aulas de história, sobre conteúdos e processos de aprendizado em sala de aula. Estamos na fase inicial da pesquisa centrada na dimensão educacional da trajetória de Nize Isabel de Moraes. No estado atual da pesquisa localizamos mais dados sobre sua atuação como pesquisadora do que como professora de história ou da educação básica. Este artigo nos oportunizou iniciarmos análises interseccionais entre os papéis de professora e pesquisadora desempenhados por Nize Moraes e nos incitou a pensar em narrativas que contemplem outras faces das intelectuais negras, ultrapassando o importante campo analítico de compreensão e formação das ideias.

A documentação deixada por Moraes, por outro lado, abre um leque de reflexões para pensarmos nos conteúdos das comunicações entre a Secretaria da Educação, Universidade de Dakar, presidência senegalesa e embaixada brasileira sob o prisma da importância dos estudos africanos. Em outros textos, para marcar a riqueza dos seus relatos, continuaremos o diálogo com os aspectos da historicidade dos seus discursos e as questões raciais e educacionais presentes em sua experiência transatlântica. Esta pesquisa, se justifica então, entre outras razões, por escrutinar as dimensões dos laços diaspóricos entre a história do Brasil e da África.

## Referências

BÂ, M. *Uma carta tão longa*. São Paulo: Editora Jandaíra, 2023.

BISPO, A. A. Educação Sentimental: Alice Rezende, uma artista negra na década de 1950, entre o consumo e produção cultural. In: *Mulheres e o ensino de arte no Brasil*. Daniela Machado Pinheiro Kem, Rosane Vargas (orgs) Dados eletrônicos. Porto Alegre: IA/ UFRGS, 2023

COSTA, S. *Dois Atlânticos, Teoria Social, Anti Racismo e Cosmopolitismo*. Belo Horizonte, Editora da UFMG, 2006.

DEMARTINI, Z. de B. F. A escolarização da população negra na cidade de São Paulo nas primeiras décadas do século XX. *Revista Andes*. São Paulo, n. 14, 1989.

DEMARTINI, Z. de B. F.; ANTUNES, F. *A feminização do magistério e os desafios para prática e a identidade coletiva docente*. Universidade de São Paulo: Biblioteca Digital da Produção Intelectual, 2013.

FOUGEYROLLAS, P. *La condition de la femme sénégalaise*. Étude psychosociologue-Conseil écon. Et social. Dakar, mars, 1969.

FOUGEYROLLAS, P. *Où va le Sénégal? Analyse spectrale d'une nation africaine*. Ifan-Dakar. Éditions Anthropos Paris, 1970.

GILROY, P. *O Atlântico Negro*. Universidade Cândido Mendes. Rio de Janeiro: Editora 34, 2001.

GOLOMBEK, P. *Caetano de Campos: a Escola que mudou o Brasil*. São Paulo: Edusp, 2016

GOMES, N. L. *A mulher negra que vi de perto: o processo de construção da identidade racial de professoras negras*. Belo Horizonte: Mazza, 1995.

GOMES, N. L. *O movimento negro educador*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2018

GOMES, P. G.; FURTADO, C. *Encontro de lá e de cá do Atlântico: mulheres africanas e afro-brasileiras em perspectiva de gênero*. Salvador:EDUFBA, 2017.

MBOW, P. *Analphabetisme, pauvreté des femmes: le cas du Senegal*. Unesco-Afrique: revue semestrielle du bureau régional de Dakar. Dakar, 1993.

MBOW, P. *Droits humains et religions: autour de la problématique femme et Islam. Genre et dynamiques socio-économiques et politiques en Afrique*. Senegal: CODESRIE, 2011.

MORAES, N. I. de. *À la découverte de la Petite Côte au XVIIe siècle (Sénégal et Gambie)*. Dakar: Université Dakar, IFAN, Cheikh Anta Diop de Dakar, 1998. (4 tomes)

MÜLLER, M. L. R. *A cor da escola: imagens da Primeira República*. Cuiabá: EDUFMT/Entrelinhas, 2008.

RIOS, F.; LIMA, M. *Por um feminismo afro-latino americano*. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

ROIZ, D. da S. *Os caminhos (da escrita) da história e os descaminhos de seu ensino: a institucionalização do ensino universitário de História na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (1934-1968)*. Curitiba: Appris, 2012.

SAMB, F. *A condição da mulher entre ficção e realidade: uma leitura de Une Si Longue Lettre*, de Mariama Bâ e de Niketche, uma história de poligamia de Paulina Chiziane. Tese defendida no Programa de Pós-Graduação em Estudos Étnicos e Africanos, UFBA, 2017.

SANTOS, J. V. dos. *Negros e negras vestem a toda da Escola Normal de São Paulo (1890-1930)*. São Paulo: Tese do Programa de Educação da Unesp de Marília, 2021.

SOW, F. *Dependence et Developpement, Le Statut de la Femme en Afrique Moderne*. Université de Dakar, Ifan, 1973.

SOW, F. *Femmes Africaines, Emploi et Division International du Travail*. Université de Dakar, IFAN, 1983.

SOW, F. La globalisation en Afrique: les femmes, l'État et le marché. In: SOW, Fatou & GUEYE, Ndèye Sokhna. *Genre et dynamiques socio-économiques et politiques en Afrique*. Senegal: CODESRIE, 2011.

Recebido em 22/07/2024  
Aprovado em 21/12/2024  
Publicado em 31/12/2024